

Descolonize o seu olhar: Representações, cultura, identidade étnico racial de estudantes negros em Salvador.

Maria Rafaela Oliveira F. de Sousa¹

Resumo: Pensar na escola enquanto um espaço de resolução de conflitos, mazelas sociais, bem como a educação enquanto principal agente de salvação e transformação de uma sociedade é reduzir um universo de grande circularidade de pessoas e culturas a um ambiente de reprodução e passividade. Pois as escolas públicas em sua maioria são espaços de representações do Estado na qual está inserida, como também uma transposição do mundo que a cerca, refletindo os conflitos sociais das comunidades. É evidente que o ambiente escolar é de suma importância para a desconstrução do preconceito, como também um espaço que faz parte da construção do sentimento de pertença étnico-racial do indivíduo, devendo esse apropriar-se da sua história, cultura, memória, como também respeito e preservação do seu patrimônio cultural. Pensando a escola como espaço de mediação de conflitos e de convivência da diversidade cultural e étnica racial. Contudo ao analisarmos o atual cenário político brasileiro e a crescente ascensão do pensamento político de extrema direita no Brasil, baseada num fundamentalismo religioso evangélico, opondo-se a uma educação baseada na liberdade e no respeito às diferenças, bem como trabalhar com a história afro-brasileira e indígena em sala de aula. Ao analisar o sistema de ensino brasileiro vemos como este é uma forte ferramenta da violência do colonialismo, resultando muitas vezes em escolas que se tornaram aparelho ideológico do Estado, marginalizando e reproduzindo desigualdades sociais, muito aquém de uma teoria histórico. Reproduzindo diariamente violências simbólicas para com grupos étnicos distintos. Sendo assim o presente estudo pretende investigar dentro de uma unidade escolar pública as práticas educativas no tocante às questões de identidade étnico racial, a partir do discurso dos estudantes do 9º ano e como o atual cenário político vem influenciando seu imaginário quanto à questão étnico-racial a partir da disseminação de imagens e textos racistas nas redes sociais.

Palavra – chave: Identidade Étnico racial, democracia digital, educação

¹ Mestranda em Estudos Étnicos e Africanos - CEAO / UFBA,
Bacharel e Licenciada em História com Habilitação em Patrimônio Cultural
Técnica em Conservação e Restauro
Email: mariarafa.oliveiraf@gmail.com

1. Introdução

Certa vez escutei que não existe pesquisa imparcial, até porque não dá para fazer nada sem paixão, pouco menos um estudo, não tem como falar de algo sem ao menos nos ver naquilo de alguma forma. Falar do trabalho é também trazer como o processo da escrita faz parte de uma autoconstrução e conhecimento. Revisitando as minhas vejo o porquê do tema da identidade étnico racial. Se entender enquanto negro num país tão racista e desigual como o nosso é libertador e ao mesmo tempo doloroso, se ver enquanto mulher e negra, é um processo mais insurgente ainda, numa sociedade patriarcal, a construção da identidade, do auto declarar-se negro é constante.

Ao analisar a narrativa e trajetória do negro na nossa sociedade, percebe-se de que tudo o que foge aos padrões eurocêntricos, portanto o que fere as suas bases ficou relegado à cultura negra, a visão etnocêntrica sobre a história, e o etnocentrismo escolar criou paradigmas em relação ao outro culminando assim, numa visão inferiorizada dos negros, trazendo a questão biológica como justificativa de uma ideologia racista (carregada de preconceitos, intolerância), como fala Santos² “o racismo é uma ideologia e, como tal, também foi concebido como uma estratégia de poder em acordo com as expectativas de parte de uma determinada sociedade”. (Santos, 2002, pg. 275).

No ambiente escolar, nada se difere e há uma realidade contrastante, um espaço por mim ocupado, quanto aluna negra e hoje docente, que após tantas leis ainda se mantém reproduzindo discursos e conteúdos intolerantes e racistas para jovens negros muitas vezes por professores negros que levantam a bandeira política da extrema direita, colonizada e fundamentada em um radicalismo religioso cristão.

Entendemos o quão necessário à discussão da formação cultural e identitária do indivíduo no âmbito escolar, trazendo em si o passado histórico, vemos também que essa será uma formação coletiva e crítica do sujeito inserido no contexto dessa sociedade, além disso, a importância da apropriação do passado enquanto agente formador desse indivíduo.

Nesse estudo procuro pontuar teoricamente práticas educativas dentro da unidade escolar pública na cidade do Salvador- Ba, sendo estas notas introdutórias para a

² SANTOS, Gislene Aparecida dos. Selvagens, Exóticos, Demoníacos. Ideias e Imagens sobre uma Gente de Cor Preta. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, no 2, p.275-289, 2002, p.277.

construção de um estudo mais aprofundado. Entendendo como o atual cenário político vem influenciando seu imaginário quanto à questão étnico-racial a partir da disseminação de imagens e textos racistas nas redes sociais, muitas vezes trazendo um caráter disfarçado de “humor”, onde negro é tratado com escárnio, comparado a animal ao ser medido como arroba, dentre outros discursos.

Interpretar a História de um povo não é somente um ato político, mas também função importante na sua formação identitária, e por que não dizer autoestima, vendo assim o papel da escola como um espaço fomentador de representatividade e pertencimento na sua construção. Percebendo como as relações se dão no campo racial dentro do ambiente escolar e para além dele.

1. Democracia Digital ou Fake News?

Pensar na escola enquanto um espaço de resolução de conflitos, mazelas sociais, bem como a educação enquanto principal agente de salvação e transformação de uma sociedade é reduzir um universo de grande circularidade de pessoas e culturas a um ambiente de reprodução e passividade. Pois, as escolas públicas, em sua maioria, são espaços de representações do Estado na qual estão inseridas, como também uma transposição do mundo que a cerca, refletindo os conflitos sociais das comunidades. Contudo ela não reflete somente o mundo físico, sendo também uma transposição de um mundo virtual, uma vez que os jovens dedicam mais horas dos seus dias ao universo da internet, dando mais importância às notícias que circulam nas redes sociais, memes, do que aos assuntos propostos em sala de aula.

As informações chegam de forma mais rápida, e sem filtro algum, tornando a internet uma “terra de ninguém”, propagando de maneira viral e sem certeza alguma sobre a veracidade das notícias. Atrelado a isso, vimos uma nova forma de se fazer política no Brasil através das novas tecnologias, redes sociais, ou democracia digital como fala Gomes (2005) tendo discussões, e militâncias através da internet, pelos partidos, movimentos sociais, como também uma exclusão na participação política, pois nem todo civil tem acesso à internet.

A democracia digital será uma forma de exercer a democracia direta, tanto de fiscalizar, como militar. Contudo, vemos um maior uso das redes sociais pela população,

mas sem algum senso crítico ou entendimento sobre alguns conceitos, não passa, em alguns momentos, como uma nova forma de manipulação. Para a nova geração, a internet é o local onde dedicam o maior tempo do seu dia, tendo um acesso mais rápido, bem como ao eleitor que não procura saber a veracidade das notícias. As redes sociais espalham as informações como “rastros de pólvora” com rapidez e destruindo histórias e reputações do mundo real, as chamadas fake news³.

Essa democracia digital teve resultados nas eleições de 2018 no Brasil, que utilizou as redes sociais para difundir *fake news*, como “tirar do armário” o pensamento colonialista, patriarcal ainda defendido por muitos brasileiros, trazendo assim uma ascensão da extrema direita no cenário político brasileiro e na América Latina. Tendo sites e perfis dedicados e especializados a inventar fatos que desqualifiquem a esquerda brasileira, como também as políticas de reparações sociais realizadas pelos governos anteriores. Trazendo como pano de fundo a eleição de candidatos da direita e extrema direita, bem como retirando a vitória de muitos candidatos de outros segmentos políticos e descredibilizando a imprensa brasileira que a cada dia mostra mais a sua parcialidade.

Nessa percepção vemos o mundo digital trazer uma nova forma de se posicionar, uma nova cultura cívica, contudo o mundo virtual em alguns casos não muda a realidade concreta, ficam apenas no campo das ofensas virtuais ou podem destruir uma história de luta de anos.

Durante séculos a construção de uma ciência imperialista trouxe, em seus estudos científicos sociais e naturais, discursos jornalísticos a imagem do indivíduo negro enquanto ser inferior. Com isso voltemos o nosso olhar ao século XIX e ao analisar esse pensamento, que foi terreno para as teorias evolucionistas e racializadas, identificamos o projeto colonizador da África, que compreende imagens e estudos que traziam o indivíduos negros como um ser primitivo, caricato, e em alguns casos eram capturados e enjaulados em zoológicos, tirando a sua condição de humanidade, servindo como divertimento e chacota.

Ao analisarmos as imagens da época vemos como a Europa via e tratava as sociedades africanas e influenciou, também, como a elite brasileira, perpetuaria a visão sobre a população negra e parda, que foi retratada nas imagens com um caráter racista e

³ Notícias falsas

pejorativo. Não apenas por querer ser uma continuidade do modelo europeu, mas para manter a ordem do seu discurso excludente. Como afirma Foucault (1971)

(...)longe de ser um elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, é como se o discurso fosse um dos lugares onde estas regiões exercem, de maneira privilegiada, algumas dos seus mais temíveis poderes. O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e o poder. (Foucault 1971).

A violência simbólica através das imagens irá permear o imaginário do indivíduo negro do passado até a atualidade, vemos que o papel da colonização não é apenas econômico, acredito, que passamos desse pensamento ingênuo e colonizado em pensar que o processo no qual, nos tornamos colônia foi encerrado nos séculos passados. O processo do colonialismo permeia as nossas ciências, seja humanas ou naturais, religioso. O projeto colonial faz com que o indivíduo negro se distancie e não se reconheça através estética, cultura e história. Negando e lutando contra a sua própria imagem na qual vê todo dia no espelho, destruindo todo dia a sua autoestima, por não ver beleza na imagem em que o espelho insiste em confrontar. Comece a se perguntar se o processo de colonialismo não deu certo? Se ele realmente terminou com o pacto colonial, ou quando nos tornamos império ou república?

O pensamento imperialista do século XIX, que deu terreno para as teorias raciológicas, tendo o apoio da religião cristã, contribuiu ao longo da história para a coisificação do homem negro e da mulher negra em nossa sociedade. Pois, mesmo com o fim do período escravista, o pensamento neocolonial irá permear no imaginário social, moldando assim o racismo e reforçando a exclusão do negro na sociedade. Tendo o apoio da polícia, como também da imprensa. Sobre essas ideias raciológicas, Munanga (2014) aponta:

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo-científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que uma explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. (Munanga 2014, Pág.5)

Sabemos que não somente a imprensa será uma única fonte de ferramenta da colonização, mas, a educação brasileira durante anos foi pautada no eurocentrismo,

trazendo o europeu enquanto um ser civilizador, evoluído enquanto negros e indígenas como indolentes ou que aceitava a escravidão e a catequese como algo normal.

Compreendemos que existem vários trabalhos acadêmicos voltados para a importância do ensino das culturas africanas e afro-brasileiras para crianças e jovens, em que correspondem a: a visão do negro no livro didático, a aplicação da lei Nº 10.639 nas escolas, porém também temos ciência de que reforçar e refazer esses caminhos não é algo em vão, porém muitos trabalhos ficam presos nas academias e perpetuando a tentativa da branquitude de desqualificar ou inviabilizar tais avanços e discussões.

Em um país marcado por um passado escravista e um presente racista se torna “repetitivo”, entretanto necessário, falarmos de ser negro no Brasil. No entanto, com a não consolidação de uma educação multiculturalista com respeito às diferenças, bem como um Estado que vem se mostrando omissivo e com características de extrema direita. Torna-se pauta importante entender como essas identidades étnicas são forjadas dentro de um campo extremamente silenciador das diferenças que são as escolas.

Falar sobre identidades étnicas é trazer, também, as questões políticas e educacionais, para compreender os processos de formação das identidades e insurgências contra silenciamentos brancos, faz-se necessário refazer os caminhos teóricos sobre identidades e etnicidade.

O termo etnicidade surge enquanto categoria de análise para estudos sobre imigração, nacionalismo, baseada primeiramente para explicar os grupos europeus (segundo a escola inglesa, pois esses eram considerados como os únicos brancos). Visto que a análise sobre o indivíduo negro ainda será pautada em questões raciais, pela desculpa da existência de multiplicidades de grupos sociais em África, trazendo em si vários dialetos, sendo visto por alguns estudiosos a impossibilidade da construção de uma identidade nacional, embutido nisso o termo tribo e tribalismo para explicar por parte de alguns estudiosos as sociedades.

O uso da etnicidade vem aparecendo desde o pós Segunda Guerra Mundial, permeando as discussões interdisciplinares entre História, Sociologia e Antropologia. Sendo usada para explicar as questões sociais, Lapouge (1889) introduz nas ciências sociais a noção de etnia/raça.

O conceito de “tribo” serviu para definir grupos de minorias de comunidades tradicionais, pautando assim a visão colonialista sobre outros grupos sociais. Sendo, as

sociedades africanas lidas e interpretadas em comparação com as europeias, compreendendo um estado de “evolução social” e logo depois sendo usado para definir uma organização social. Esta visão imperialista dentro das ciências sociais, buscava analisar outras sociedades baseadas em métodos sociais diferentes da realidade destas. Métodos esses pautados nos modos de vida europeu, que na maioria das suas participações na História do mundo sempre fez o papel do colonizador, explorador, subjuguando outras sociedades exploradas aos seus interesses, não impondo somente o pacto colonial, mas a sua cultura as sociedades colonizadas.

A etnicidade é compreendida por Barth (1998) como uma categoria de organização social. Os principais pontos defendidos pelo autor é que os grupos étnicos são como categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores, que organiza a interação entre as pessoas. Além disso, ele explora os diversos processos que parecem estar envolvidos na geração e manutenção dos grupos étnicos, desloca o foco de investigação interna aos grupos nas fronteiras étnicas e a manutenção delas, afirmando que as identificações étnicas devem ser vistas como base na ascrição e auto-ascrição (me defino e sou definido como parte do grupo) e no seu caráter situacional.

Para Weber (2004) os grupos étnicos são fundados, numa crença de subjetiva de uma vida comum, as solidariedades advindas da migração, as lembranças da colonização, são para esse autor, processos que contribuem de maneira significativa para a criação dos grupos étnicos. E assim, como não pressupõem uma real comunidade de origem, os grupos étnicos também não pressupõem uma real atividade comunitária. A pertença étnica determina um tipo particular de grau social que se alimenta de características distintivas de oposição de estilos de vida, utilizadas para avaliar a honra e o prestígio segundo um sistema de divisões sociais verticais.

Neste sentido, na interação interétnica os indivíduos definirão seus comportamentos a fim de serem coerentes com sua identidade, evitando práticas e situações que impliquem desacordos com suas posições valorativas para não haver sanções sociais. É só a partir da análise das fronteiras que percebe as dinâmicas e interesses envolvidos no processo identitário mantidas, a partir de um conjunto limitado de traços culturais. O conteúdo cultural das dicotomias reside, principalmente, nos sinais e signos manifestos e nas orientações valorativas básicas, que são fatores socialmente relevantes e importantes para diagnosticar o pertencimento. Barth (1998) vai afirmar que as fronteiras étnicas persistirão apesar do fluxo constante de pessoas que as atravessam e

que as categorias étnicas não dependem de ausência de mobilidade, contato ou informação.

Porém, a ideia de nação parte do princípio do sentimento de pertença do indivíduo a um grupo e criação das suas fronteiras, seja imaginada ou não. Vendo assim cair o véu colonialista acadêmico, pois as nações podem existir sim, dentro de cada grupo social, dentro das suas comunidades imaginadas.

Ao debruçar-se sobre o conceito de nação, Renan (1980) nos diz que nação não foi fundada de modo a respeitar grupos étnicos, nem as questões raciais ao contrário, foi criada contra estas. O que significa dizer que as identidades étnicas e raciais em um Estado-Nação será automaticamente esmagada por uma identidade nacional coesa e única. Na obra de Poutignat e Streiff-Fenart (1981), a contribuição de Renan é sucinta, mas demonstra que as questões de Raça, Etnia e Nação estão intimamente ligadas.

É então, que chegamos a contribuição de Max Weber (2004). O autor nos dirá que raça é fundada na comunidade de origem, etnia e nação são fundadas na crença subjetiva de uma vida comum porém a segunda, estará ligada a aspirações e paixões políticas.

Os passos dados por Weber (2004) ser considerados de grande valia para compreendermos como estes conceitos foram se estruturando; se pensarmos que, ao passar dos anos e das contribuições teóricas, o termo tomou proporções que o fizeram um dos mais importantes da antropologia.

Para Weber (2004), os grupos étnicos são fundados como dito, numa crença subjetiva de uma vida comum; as solidariedades advindas da migração, as lembranças da colonização, são para esse autor, processos que contribuem de maneira significativa para a criação dos grupos étnicos. Ainda que, não pressupõem uma real comunidade de origem, os grupos étnicos também não pressupõem uma real atividade comunitária. A pertença étnica determina um tipo particular de grau social que se alimenta de características distintivas de oposição de estilos de vida, utilizadas para avaliar a honra e o prestígio segundo um sistema de divisões sociais verticais.

Mas essas características distintivas só tem eficácia na formação dos grupos étnicos quando induzem a crer que existem entre os grupos que a exibem, um parentesco ou estranheza de origem. Weber (2004) vai falar que a identidade étnica constrói-se a partir da diferença, ou seja, não é no isolamento que se cria a consciência de pertença, é a comunicação das diferenças que estabelecerá as fronteiras étnicas.

2. Escola, lugar de construção das identidades étnicas

É evidente que o ambiente escolar é de suma importância para a desconstrução do preconceito, como também um espaço que faz parte da construção do sentimento de pertença étnico-racial do indivíduo. Devendo esse apropriar-se da sua história, cultura, memória, como também respeito e preservação do seu patrimônio cultural. Pensando a escola como espaço de mediação de conflitos e de convivência da diversidade cultural e étnica racial.

Contudo, vemos que a educação brasileira em sua história sempre esteve entrelaçada com a religião, a exemplo disso é que durante muito tempo a educação ficou sobre tutela dos jesuítas, que por mais que tenha se passado anos e leis essa mentalidade ainda permeia muitas formas de ensinar. Não obstante, percebe-se ao adentrar as escolas públicas a presença de imagens sacras, como cartazes de orações ou até mesmo cultos cristãos. Estabelecendo assim uma imposição de uma cultura religiosa dominante, somado a omissão do Estado, bem como ao adentrar outros espaços vistos como sacros percebemos em sua maioria que são apenas lugares de religiões cristãs.

Nota-se que o sujeito religioso tenta, a todo o momento, sacralizar o mundo profano, transformando o espaço público em lugar social, lugar de sentido para ele, atribuindo-lhe um valor a este, produzindo um sentimento de pertença e de valorização desse lugar. Não se tornando mais um espaço comum, mas sim um lugar de memória, lugar social, de pertença e sentidos, como também lugar de conflito. Sendo um ambiente de circularidade social, a escola se torna um lugar de disputas internas e externas, pois a religião, para além da visão divina e individual, entende-se enquanto manutenção de um poder.

3. Escola, espaço de construção e conflito

Sendo a teoria uma reflexão que se faz do contexto concreto, para Paulo Freire (1983) isto é, deve-se partir sempre de experiências do indivíduo com a realidade na qual está inserido, cumprindo também a função de analisar e refletir essa realidade, no sentido de apropriar-se de um caráter crítico sobre ela. Esse caráter de transformação tem uma razão de ser, pois provém, antes de tudo, da sua vivência pessoal e íntima numa realidade contrastante e opressora, influenciando fortemente todas as suas ideias.

O universo escolar é um espaço de grande importância para a formação dos indivíduos, constituído de uma grande pluralidade étnica, etária, gostos, desejos, ideias, ou seja, uma gama de contexto sociocultural. Com isso, pensar no papel da educação e da escola, é ver que ambas têm grande valor para a formação de uma sociedade.

A educação está longe de ser uma prática desinteressada, pouco menos se sustentar apenas em currículos oficiais, pois vemos que os contextos sociais e a cultura estão intrinsecamente ligados à escola. Esta, em si é uma construção cultural, cabendo à mesma se ver enquanto espaço multicultural e agregador, trabalhando também com as referências e vivências dos seus alunos. Como pontua Moura (2005),

A pedagogia nos anos 70/80 já chamava a atenção dos educadores para a experiência pedagógica que o aluno trazia de sua vivência fora da escola e que não era por esta reconhecida, o saber que lhe foi transmitido por seus pais e avós, pela comunidade onde mora, pela religião que seus pais adotam, pelas leituras orientadas pela família, pela sua origem étnica. O currículo escolar geralmente não leva em conta essa experiência do aluno e, ao impor-se como única forma legítima de saber no interior do processo formal de educação. (MOURA 2005, pg. 72).

A construção da educação brasileira foi marcada pela história dos vencedores. Os currículos educacionais mostravam o negro africano e afro-brasileiro na condição de cativo e servil, o papel do negro era somente como escravo nas lavouras. Currículo um tanto quanto contraditório, pois não tratava a importância dos negros na construção da história, cultura e memória do Brasil, não abordavam as suas lutas e resistências contra a ordem vigente, pouco menos a sua matriz religiosa. Como cita Decca (1992),

Como produção deliberada, a memória histórica, ao longo de nosso século, foi sempre o instrumento de poder dos vencedores, para destruir a memória dos vencidos e para impedir que uma percepção alternativa da história fosse capaz de questionar a legitimidade de sua dominação. Causa apreensão a memória histórica poder estar se transformando em bandeira das minorias. (DECCA, 1992, pg.133-135)

Ao analisar o sistema de ensino brasileiro, vemos como este é uma forte ferramenta da violência do colonialismo, resultando em escolas que se tornaram aparelho ideológico do Estado, marginalizando e reproduzindo desigualdades sociais, muito aquém de uma teoria histórico – crítica como afirma Saviani⁴ “a função da educação é a reprodução das desigualdades sociais. Pela reprodução cultural, ela contribui especificamente para a reprodução social” (SAVIANI, 2009, pg.19).

⁴SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política, Editora. Revista Campinas, Edição.41

Visto que, nas escolas ainda há uma reprodução da história dos “vencedores”, dos mitos, fazendo com que o indivíduo dessa comunidade perca as suas referências culturais, passando a não se reconhecer no seu próprio meio, história, cultura, reproduzindo e tendo como referência a cultura do “dominante”. Assim, não vendo sentido histórico em seu passado, distanciando-se do que seriam as suas referências históricas e culturais, reproduzindo muitas vezes pensamentos racistas.

Como fala Zubaran e Silva (2012) no campo da educação bancária, da sala de aula, seja no ensino infantil ou superior, é preciso pensar sobre os currículos que não emudeçam a diversidade étnico-cultural, e que tratem sem estereótipos e preconceitos, versando as particularidades das diferentes visões de mundo do Brasil. Pois a escola não transmite somente as matérias básicas, como matemática, português, mas, também várias visões sociais.

Conclusão

Trabalhar com a cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais é trazer para as escolas uma pauta para pensar em uma educação afrocentrada. Inserido no universo escolar: trazendo a ancestralidade do povo africano, afirmando o corpo discente enquanto indivíduos negros, buscando as suas referências históricas africanas ao invés de espelhar-se em referências pré-moldadas pelos colonizadores que nortearam a nossa cultura e educação durante séculos. Como afirma Asante⁵ “a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos, atuando sobre a sua própria imagem cultural e de acordo com os seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, pg. 93).

Pensar a ancestralidade enquanto propulsor de uma formação que traga a História e Cultura Afro brasileira para a sala de aula e na representatividade do negro na sociedade é tratar a Lei 10.639/2003 com obrigatoriedade no ensino escolar, inserido esses conteúdos nas disciplinas regulares e não tratando de forma folclórica. Segundo Houssais (2001), ancestralidade refere-se aos antepassados, o que se recebe das gerações anteriores, porém não somente como ligação de parentesco. Para Oliveira (2012), trazer a ancestralidade para o ambiente educacional não se restringe só como matriz cultural, mas

⁵ ASANTE, Molefi. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In NASCIMENTO, Elisa Larkin. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo, Selo Negro. 2009, pg. 93 -110.

como categoria de análise. E, também, ferramenta de afirmação para os grupos sociais, seja movimento negro, candomblé, como também nas escolas. A ancestralidade não é no viés da religiosidade, mas nas memórias atravessadas do processo de colonização

A aplicação da Lei 10.639/2003, dentro das escolas, estaria inserida no projeto político pedagógico, construído através de uma escola democrática, terá a participação de gestores, professores, alunos, comunidade, pais e funcionários. O projeto político pedagógico é um elemento que tem uma dimensão política e está comprometido com a formação dos que atuarão individual e coletivamente na sociedade. E por ser pedagógico, possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, permite a organização de atividades e ações educativas necessárias para o ensino aprendizagem. Como fala Santos (2011),

Pretende-se, portanto, com a Lei 10.639/03 oferecer as escolas, sobretudo, do sistema público, suporte teórico para que os professores (as) possam desenvolver uma ação educativa voltada para formação de valores e posturas que contribuam para que os alunos (as) valorizem seu pertencimento étnico-racial. (SANTOS, 2011, pág. 03)

Entendemos o quão é necessária à discussão da formação cultural e identitária do indivíduo no âmbito escolar, trazendo em si o passado histórico étnico cultural, distanciando-se dos mitos e invenções muitas vezes ainda presentes dentro das escolas. Possibilitando, para além da formação individual do discente, uma formação coletiva e crítica dos sujeitos inseridos no contexto dessa sociedade, entendendo o quão é importante a apropriação do passado enquanto agente formador desse indivíduo negro.

REFERÊNCIAS

- ASANTE, Molefi. **Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar.** In NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo,: Selo Negro. 2009, pg. 93 - 110.
- Barth, Fredrik. 1998. “**Grupos étnicos e suas fronteiras**”. In **P. Poutignat e Jocelyne Streiffe- Fenart. Teorias da Etnicidade.** São Paulo: UNESP. P. 185-227.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC/Brasília: Editora da UNB, 1987.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural.** Tradução Sérgio Góes e Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível.** In: **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, M. V. (org.) **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- Eriksen, Thomas Hylland. **Ethnicity & Nationalism Anthropological Perspectives.** London: Pluto Press (1. What is ethnicity?, p. 1- 17).
- FREDERICK Barth 2003 (1993). “**Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade**”, in **Hans Vermeulen e Cora Govers Antropologia da etnicidade. Para além de “Ethnic Groups and Boundaries”**, Lisboa: Fim de Século, 19-44.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** DP&A editora, Rio de Janeiro Ed. 11ª, 2011.
- HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0. 1 [CD-ROM]. 2001.
- LE GOFF, Jaques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- MUNANGA Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, 2005. MOURA, Glória, **O Direito à diferença.**
_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** 2009
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História- a problemática dos lugares.** Revista História e Cultura, PUC-SP, N°10, 1993.

OLIVEIRA, Eduardo David de. **Filosofia da ancestralidade comum filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira.** Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Número 18: maio-out/2012, p. 28-47

SANTOS, Júnior José Nunes dos. **Os professores evangélicos e a lei 10.639/03: impactos do pentecostalismo no campo educacional.** Trabalho apresentado no XII simpósio da ABHR, 31/05 – 03/06 de 2011, Juiz de Fora (MG), GT: Protestantismos e Pentecostalismos na Modernidade.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Selvagens, Exóticos, Demoníacos. Idéias e Imagens sobre uma Gente de Cor Preta.** Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº2 , p.275-289, 2002, p.277

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política,** Editora. Revista Campinas, Edição.41
Vermeulen, Hans 2001. “A respeito de cultura”, in op. Cit., PP. 45-66.

Verbetes Etnicidade e Raça em: Livio Sansone e Claudio Furtado orgs. **Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Portuguesa.** Salvador: Edufba. Disponível no repositório online da Edufba.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZUBARAN, Maria Angélica; SILVA, Petronilha B. G. **INTERLOCUÇÕES SOBRE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro.** Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, 2012.